



CRIME ORGANIZADO

EUA acusam Brasil de tolerância com PCC e CV

Relatório do Departamento de Estado aponta falhas na contenção do avanço das facções, o que teria tornado o país em "centro relevante para o fluxo global de cocaína". Governo do presidente Lula é cobrado a adotar "medidas agressivas"

» ARMANDO HOLANDA
» FERNANDA STRICKLAND

O governo dos Estados Unidos acusou o Brasil, ontem, de ter falhado no combate às facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). É o que consta de documento elaborado pelo Departamento de Estado, assinado pelo presidente Donald Trump e entregue ao Congresso norte-americano.

No trecho dedicado ao Brasil, o documento afirma que o PCC e o CV — classificados como organizações terroristas estrangeiras pelas autoridades dos EUA — transformaram o país em um "centro relevante para o fluxo global de cocaína". Segundo o relatório, "enquanto muitos governos no Hemisfério Ocidental estão tomando medidas corajosas para reduzir o fluxo de drogas e erradicar cartéis, o governo do Brasil falhou em confrontar" as duas facções.

O Departamento de Estado cobra do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a adoção de "medidas agressivas" de enfrentamento aos dois grupos criminosos antes que eles ampliem a atuação. O tom, porém, contrasta quando a pasta comandada pelo secretário Marco Rubio se refere a outros países latino-americanos "aliados" — casos de Argentina, Equador e El Salvador, ao passo que o Peru é citado pelo compromisso de trabalhar com Washington e outros parceiros no combate a organizações criminosas e na redução do fluxo de cocaína ao mercado norte-americano.

Reprodução



Além de classificado como grupo terrorista, EUA consideram que PCC ajudou a transformar o Brasil num "hub" para a distribuição de cocaína

O relatório menciona trocas de governo na Venezuela, Bolívia e Colômbia — que "criaram oportunidades históricas para a cooperação dos Estados Unidos". Apesar dos "avanços" nessas nações, o documento adverte que são necessárias novas medidas para combater o narcotráfico.

O governo brasileiro, por sua

vez, rebateu o relatório. Em nota divulgada ontem à noite, desqualificou as "alegações de que existem falhas ou omissões no enfrentamento ao crime organizado transnacional". Observou, ainda, que os EUA desconsideraram "os esforços do governo federal no enfrentamento ao crime organizado, como a Lei Antifacção, sancionada

em março de 2026, que prevê penas mais severas para líderes de facções e cria mecanismos que asfixiam suas operações".

Ainda de acordo com o governo brasileiro, o relatório do Departamento de Estado desconsidera "as dezenas de milhares de operações de combate ao crime por forças federais, com bilhões

de reais de prejuízo aos criminosos, bem como as múltiplas ações implementadas em 2026 no âmbito do Programa Brasil contra o Crime Organizado, lançado em maio último, que sufoca economicamente as facções, fortalece o sistema prisional, qualifica a investigação de homicídios e enfrenta o tráfico de armas".

Ação contra o STF

A cobrança de um combate mais intenso do Brasil ao PCC e ao CV vem à tona no momento em que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro volta a transitar por organismos do governo norte-americano. Ele se reuniu, ontem, em Washington, com representantes do Departamento de Estado. Segundo interlocutores do filho 03 do ex-presidente Jair Bolsonaro, o encontro teve como um dos temas centrais a situação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Eduardo levou aos integrantes do governo Trump um "briefing" sobre o que se passa na Corte. O ex-deputado também defendeu nova rodada de sanções contra os ministros do Supremo.

A ofensiva havia sido anunciada por Eduardo na terça-feira, enquanto acompanhava a sessão do STF que discutiu a possibilidade de abertura de uma investigação sobre o ministro Alexandre de Moraes. Nas redes sociais, afirmou que estava reunindo registros das manifestações dos magistrados para apresentá-las em Washington.

A movimentação de Eduardo junto a autoridades norte-americanas ocorreu antes da reunião de ontem, e vinha sendo articulada há algum tempo. O ex-deputado afirmou que pretendia defender a retomada de medidas contra Moraes com base na Lei Magnitsky. O ministro chegou a ser alvo da legislação em 2025, mas a punição foi retirada após negociação entre os governos brasileiro e norte-americano.

Atividade ilícita se mistura à economia formal

» Tecnologia de rastreamento

A atuação do crime organizado no Brasil mudou de perfil e se aproximou perigosamente da economia formal. A advertência é do promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), feita terça-feira durante o *CB Talks — Segurança para o desenvolvimento do Brasil: uma agenda contra o crime organizado*, realizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o Sindigas, Instituto Combustível Legal e Livre Mercado. Ele deixou claro que as organizações criminosas passaram a incorporar estruturas empresariais complexas.

Com 35 anos de atuação no combate ao crime organizado,

Gakiya afirmou que o perfil dos alvos das investigações mudou. O foco, segundo ele, já não está apenas em traficantes e criminosos armados que atuam nas ruas. "A gente não persegue mais, infelizmente, esse tipo de criminoso comum. Até tem, mas não é o motivo de atuação do Gaeco hoje, pelo menos em São Paulo", explicou.

Para ilustrar a transformação, Gakiya relatou uma conversa que teve em Palermo, na Itália, uma das regiões historicamente associadas à atuação da Cosa Nostra, o grupo criminoso local. Segundo ele, a percepção transmitida pelos italianos foi de que os mafiosos continuam presentes, mas se tornaram menos identificáveis. "A máfia está

em todos os lugares e, antigamente, nós os víamos. Hoje, eles continuam aqui, mas nós não os vemos mais", disse.

Na avaliação de Gakiya, um processo semelhante ocorre no Brasil. A infiltração do crime organizado teria alcançado setores estratégicos da economia, inclusive a região da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Nesse modelo, as facções não dependem apenas de empresas de fachada para lavar dinheiro. Também podem incorporar negócios lícitos e utilizar estruturas formais para movimentar recursos de origem criminosa. "O crime trocou o revólver pela planilha", resumiu.

Segundo o promotor, a nova estratégia envolve a entrada de

capital ilícito em negócios aparentemente regulares. Com recursos de origem criminosa, essas empresas passam a disputar mercado em condições diferentes das concorrentes que dependem exclusivamente de receitas lícitas.

Gakiya citou como exemplo recursos provenientes do tráfico internacional de cocaína que seriam misturados ao capital obtido por atividades legais. "Hoje são empresas lícitas que estão na economia formal, portanto, estão no meio de nós, no meio dos senhores, das suas atividades", provocou.

Segundo o promotor, isso pode gerar concorrências desleais. O dinheiro ilícito amplia a capacidade financeira de determinadas empresas e permite que ofereçam

condições que concorrentes dependentes apenas de receitas legais não conseguem. O modelo, segundo Gakiya, também pode envolver ameaças e extorsões para garantir a permanência de empresas e empresários no mercado.

Ele defende que o Primeiro Comando da Capital (PCC) seja tratado de maneira distinta de organizações criminosas de menor estrutura. Para Gakiya, a facção reúne características de uma organização mafiosa e deveria receber tratamento legislativo específico.

"Classifico o PCC como a primeira máfia do Brasil", frisou, acrescentando que a facção tem uma organização semelhante à de grandes corporações. **(Fernanda Strickland).**

O Brasil dispõe de tecnologia para rastrear produtos de ponta a ponta, mas utiliza pouco esse recurso no combate ao crime organizado e à sonegação. É o que afirma Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, que defende a adoção de sistemas de acompanhamento de produtos desde sua origem até o consumidor. No *CB Talks — Segurança para o desenvolvimento do Brasil: uma agenda contra o crime organizado*, Kapaz afirmou que sistemas utilizados em outros países rastream produtos da produção ao destino.

Três perguntas para

LINCOLN GAKIYA — Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo

Por que a batalha contra o crime organizado está perdida?

Não me lembro de a gente ter índices tão assustadores de homicídios, roubos, feminicídios, como estamos vendo hoje, em uma crescente desordenada. Também não me lembro de ter visto a segurança pública como o primeiro problema do brasileiro. É por isso que entendo que a batalha está perdida, sim.

O que falta para vencer o crime organizado no Brasil?

Temos de ter um pacto nacional, um pacto federativo entre governos federais e governos

estaduais, independentemente de partido político ou de quem vença as eleições, para que comecemos a entender que segurança pública é o primeiro problema do país. Hoje, em todos os estados, a União precisa, a partir da eventual aprovação da PEC da Segurança, coordenar os esforços, integrar as inteligências e as informações dos estados e agir de maneira conjunta. Então, o que a gente espera é isso: essa integração, essa coordenação.

PCC e Comando Vermelho são organizações terroristas, como os Estados Unidos classificam?

Atualmente, no Brasil, elas não são consideradas terroristas porque nossa legislação de terrorismo exige, para que determinada organização seja assim considerada, que além de praticar atos de natureza terrorista — e isso tanto o PCC quanto o CV praticam —, tenha uma finalidade ideológica e política. Nem o PCC nem o CV têm essa finalidade. A finalidade é apenas obter ganhos ilícitos, a partir de mercados ilícitos. Por isso, pela legislação brasileira, eles não podem ser considerados terroristas. Agora, se houver uma mudança

legislativa, tudo bem. A Lei Antifacção, hoje, pune os integrantes do PCC e do CV de maneira mais severa do que a legislação de terrorismo. A partir da Lei Antifacção, um integrante do PCC ou do CV estará sujeito a uma pena de 20 a 40 anos de reclusão. Se ele integrar, hoje, no Brasil, uma organização terrorista, há uma previsão de pena de cinco a oito anos de reclusão. Então, também, se internamente formos classificar essas organizações como terroristas, vamos precisar mudar a lei de terrorismo e aumentar a pena.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Gakiya, ataque às facções só é eficiente com atuação conjunta